

Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 89.723.993/0001-33 - NIRE 43 3 0000235 7 - Companhia Aberta

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais,

segmentos da economia, principalmente no setor de infraestrutura. Apesar do empenho da administração, através da consolidação do processo de reestruturação, da paralisação de obras que não estavam gerando lucro, das negociações com parte dos credores, não foram suficientes para uma melhoria dos resultados econômicos financeiros. Neste contexto, e visando uma recuperação mais rápida, a Cia. apresentou o pedido de recuperação judicial, esperando, desta forma, a readequação do passivo à capacidade de geração de caixa, com objetivo principal de superar a atual crise juntamente com o setor na qual está inserida. As despesas financeiras líquidas consolidadas foram de R\$ 68 milhões em 2015 contra R\$ 53 milhões em 2014, um aumento de 28,30%. As despesas gerais e administrativas consolidadas foram de R\$ 38 milhões em 2015 contra R\$ 49 milhões em 2014 apresentaram uma redução de 22,45%, em consequência dos esforços da administração na condução dos negócios e a consolidação do processo de reestruturação. **4. Mercado de Capitais:** Em 2015, as ações preferenciais da **SULTEPA** apresentaram uma desvalorização na ordem de 11,12% em comparação com o ano de 2014. Movimentou-se em torno de R\$ 592 mil, com 1.369 negócios realizados no período. **5. Sustentabilidade:** O **GRUPO SULTEPA**, no exercício de 2015, reorganizou o organograma interno em função de ajustes necessários frente à nova situação econômica do País. Mesmo assim, manteve a atuação da Gestão Ambiental alinhada à alta administração do Grupo dando continuidade aos **Programas de Gerenciamento de Resíduos, Recuperação de Áreas Mineradas e Controle da Qualidade Ambiental** em todas as obras e unidades fixas. Os Programas de Gerenciamento de Resíduos das obras e unidades fixas foram atualizados buscando reduzir ainda mais o desperdício de insumos e matéria-prima e, visando, consequentemente, a redução da geração de resíduos e dos custos envolvidos na sua destinação. Quanto à recuperação de áreas mineradas, em 2015, foram mantidas as atividades de roçadas, e reposição de mudas nas áreas de recuperação ambiental das pedreiras. Também estão sendo desenvolvidos projetos de novos empreendimentos para reutilização de áreas mineradas, como aterros de resíduos de construção civil. Para um melhor controle da qualidade ambiental, foram mantidas as rotinas de vistorias internas e externas para levantamento de oportunidades de melhorias e correção de eventuais não conformidades. **6. Recursos Humanos e Projetos Sociais:** O **GRUPO** encerrou o exercício de 2015 com efetivo de 284 colaboradores, portanto houve uma redução de 56,46% do quadro de funcionários. A folha de pagamento reduziu em 37,12 %, manteve apenas os benefícios de alimentação, transporte e saúde. A redução nos demais investimentos foi na ordem de 78,12%. Espera-se para 2016 um aumento na ordem de 23% em virtude do reinício das obras. A Cia. está implantando o

exceto quando indicado de outra forma) - Em Recuperação Judicial

Programa de Integridade Corporativa - Compliance no processo de governança e de gestão. **7. Perspectivas para 2016:** A atual conjuntura econômica leva a administração a trabalhar sob a expectativa de retomada do crescimento, principalmente, a partir do segundo semestre de 2016. Pelo que podemos considerar, o ano de 2015 foi um dos anos mais desafiadores para as empresas brasileiras, assim como, para o setor de infraestrutura. Entendemos que nenhuma crise se resolve em curto prazo. O Governo tem que recuperar o equilíbrio fiscal e suavizar a recessão, uma das maiores de nossa história. Esperamos que novas medidas sejam adotadas e que o governo consensuize-se da relevância da infraestrutura, principalmente, como uma das principais geradoras de emprego do País. Os investimentos em infraestrutura previstos no Programa de concessões e PPPs, não foram consolidados em 2015. Esperamos para segundo semestre de 2016, que o Governo adote regras mais confiáveis para as concessões e infraestrutura e tais investimentos sejam concretizados. Nossa projeção para 2016 alinha-se a mesma postura adotada ao longo de 2015, ou seja, espera-se um provável redirecionamento para as obras de infraestrutura que se encontram paralisadas e o início de novas obras. O setor de saneamento continuará sendo um dos focos de atuação, sendo de vital importância para os brasileiros, onde 43% da população brasileira ainda não tem acesso a saneamento básico. O **GRUPO SULTEPA**, aguarda a homologação do plano de Recuperação para 2016, e se manterá firme com objetivo ao qual se propôs, de manter os empregos dos seus funcionários e ampliar a área de atuação da Cia. **8. Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento ao Artigo 2º da Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informamos que no exercício de 2015, nossos auditores independentes, a **UHY Moreira Auditores** não prestaram quaisquer outros serviços, que possam acarretar conflito de interesses ou perda de independência, além da auditoria das demonstrações financeiras da Cia. e de suas controladas no exercício findo em 31/12/2015. **9. Declaração da Diretoria:** Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, emitida em 07 de setembro, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes. **10. Agradecimento:** Manifestamos os mais sinceros agradecimentos aos seus acionistas, controladores, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais, comunidades em geral e em especial aos colaboradores pelos esforços, comprometimento, compreensão e apoio recebidos no decorrer de 2015. Porto Alegre, 15/06/2016. **A Administração**

Balanco Patrimonial

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|---------------|--------------|-------------------|------------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| | 10.815 | 9.025 | 68.133 | 61.381 |
| Ativo Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 11 | 8.183 | 367 |
| Clientes | 5 | 1.116 | 1.159 | 7.129 |
| Impostos a recuperar | 8 | 500 | 304 | 3.541 |
| Partes relacionadas | 11 | - | - | 343 |
| Outras contas a receber | 6 | 5.562 | 4.648 | 14.101 |
| Operações com consórcios | 24 | 173 | 173 | 29.523 |
| Estoques | 7 | 3.453 | 2.730 | 3.413 |
| Ativo não Circulante | | | 909.160 | 827.743 |
| | | | 1.114.988 | 1.013.849 |
| Realizável a Longo Prazo | | | 477.882 | 418.910 |
| Partes relacionadas | 11 | - | - | 59.535 |
| Depósitos judiciais e compulsórios | | 6.069 | 5.395 | 12.561 |
| Outras contas a receber | 6 | 250 | 250 | 3.024 |
| Imóveis destinados à venda | 10 | 87 | 87 | 1.637 |
| Créditos a receber | 9 | 471.476 | 413.178 | 876.809 |
| Operações com consórcios | 24 | - | - | 8.240 |
| Investimentos | | | 12.339.022 | 312.090 |
| Participações em controladas | | 335.068 | 308.136 | - |
| Participações em coligadas | | 3.954 | 3.954 | 4.575 |
| Imobilizado | | | 13.92.256 | 96.743 |
| | | | 148.607 | 155.187 |
| Total do Ativo | | | 919.975 | 836.768 |
| | | | 1.183.121 | 1.075.230 |

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|-------------------|------------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| | 214.870 | 164.852 | 346.069 | 241.051 |
| Passivo Circulante | | | | |
| Fornecedores | 17 | 3.001 | 2.422 | 7.807 |
| Instituições financeiras | 14 | 45.490 | 34.849 | 101.994 |
| Debêntures | 21 | 49.700 | 31.365 | 49.700 |
| Impostos e contribuições sociais a pagar | 22 | 28.982 | 27.396 | 46.027 |
| Salários e provisão de férias | | 8.828 | 6.359 | 19.212 |
| Dividendos a pagar | | 99 | 99 | 2.528 |
| Credores diversos | 15 | 7.097 | 5.025 | 20.094 |
| Títulos a pagar | 16 | 48.666 | 36.306 | 66.051 |
| Parcelamento especial Lei 11.941/2009 | 19 | 22.800 | 20.929 | 23.566 |
| Parcelamento especial Lei 12.996/2014 | 19 | 189 | 84 | 1.054 |
| Operações com consórcios | 24 | 18 | 18 | 8.036 |
| Passivo não Circulante | | | 493.027 | 488.188 |
| Instituições financeiras | 14 | - | 5.400 | 279 |
| Debêntures | 21 | 50.638 | 50.490 | 50.638 |
| Credores diversos | 15 | 70.264 | 62.092 | 73.001 |
| Obrigações sociais a pagar | | | 61 | 20 |
| Títulos a pagar | 16 | 177 | 4.994 | 177 |
| Partes relacionadas | 11 | 100.965 | 80.571 | 36.297 |
| Parcelamento especial Lei 11.941/2009 | 19 | 134.956 | 129.505 | 135.314 |
| Parcelamento especial Lei 12.996/2014 | 19 | 1.220 | 1.164 | 14.702 |
| Impostos e contribuições sociais a pagar | 22 | 3.106 | - | 5.253 |
| Tributos diferidos | 20 | 114.798 | 117.951 | 241.986 |
| Provisão passivos contingentes | 23 | 15.354 | 34.411 | 40.747 |
| Provisão para reflorestamento | 23 | 1.549 | 1.549 | 2.916 |
| Operações com consórcios | 24 | - | - | 21.417 |
| Patrimônio Líquido | | | 25.212.078 | 183.728 |
| Patri. líq. atribuído aos acionistas controladores | | | 212.078 | 183.728 |
| Capital social | | | 130.000 | 130.000 |
| Reserva de reavaliação | | | 44.769 | 46.394 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | | 22.118 | 22.719 |
| Reservas de lucros | | | 15.191 | - |
| Prejuízos acumulados | | | - | (15.385) |
| Patr. líq. atrib. aos acionistas não controladores | | | - | 2.317 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | | 919.975 | 836.768 |
| | | | 1.183.121 | 1.075.230 |

Conselho de Administração

Ricardo Lins Portella Nunes - Presidente

Astir Brasil Santos e Silva - Vice-Presidente

Jaime Barrios da Costa - Conselheiro

Angelo Lucio Villarinho da Silva - Conselheiro

Pompilio Viera Loguércio - Conselheiro

Diretoria

Ricardo Lins Portella Nunes - Diretor Presidente e Relações com Investidores

Sérgio Mattos - Diretor Administrativo e Financeiro

Contadora

Carla E. C. Wick - CRC/RS 54.404/0-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos DD. Administradores e Acionistas da **Construtora Sultepa S.A.** - Porto Alegre - RS - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Construtora Sultepa S.A.**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da **Construtora Sultepa S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **Construtora Sultepa S.A.** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **Construtora Sultepa S.A.** Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em

nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Construtora Sultepa S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Construtora Sultepa S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 33, de que diante da situação econômica e financeira que a Cia. e suas controladas vêm enfrentando, a Administração elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. No dia 03 de julho de 2015, a Cia. comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art. 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências, sob nº 001.115-0114361-2 (CNPJ: 0163234-77.2015.8.21.0001). Em 27 de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial. Em 24 de agosto de 2015, foi publicado o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos e no dia 21 de setembro de 2015, a Cia. apresentou o Plano de Recuperação Judicial, sendo que estes dois eventos, ainda encontram-se em processo de análise. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, que descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a Cia. e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R\$ 468.044 mil e consolidado em R\$ 873.097 mil, em 31 de dezembro

de 2015. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento. A administração da **Construtora Sultepa S.A.** suportada por parecer de seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda. Parte desses ativos foi dada como garantia de dívidas, R\$ 238.305 mil (controladora) e R\$ 241.901 mil (consolidado). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e nº 22, a Cia. e suas controladas obtiveram, através de decisão de liminar, o direito de manter seus pedidos de compensações de contribuições sociais e impostos assegurados até a ação rescisória que existe sobre os precatórios seja julgada em definitivo. Em 31 de dezembro de 2015, as compensações efetivadas totalizaram o montante de R\$ 61.593 mil (consolidado - R\$ 65.188 mil). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24, a Cia. e suas controladas, visando aumentar sua capacidade operacional e produtiva em determinadas obras participam de alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por auditoria externa, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. Conforme descrito na nota explicativa nº 25, e evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, em decorrência da atual situação da Cia., que encontra-se em recuperação judicial, o resultado apresentado no exercício, após a constituição da reserva legal foi para reserva de retenção de lucros. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Construtora Sultepa S.A.**, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Cia.s abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Porto Alegre, 15 de junho de 2016

UHY Moreira - Auditores
CRC RS 3717

Diego Rotermond Moreira
Contador CRC RS 68603 - CNAI nº 1128
Sócio - Responsável Técnico